

A RASD e a área lusófona





Portugal e o conflito do Saara – contributo para o estudo da 1.ª década

Maciel Santos*

pp. 183-204

Há poucas sínteses sobre a história da política externa dos estados africanos, tal como sobre a da III República portuguesa. Mas para certas questões que articulam as duas, como a do conflito do Saara, está praticamente tudo por fazer.

O condicionalismo dos arquivos públicos, interditando a informação produzida nos últimos trinta anos, pouco deixa acrescentar às declarações oficiais sobre a descolonização saariana. O mesmo se aplica à política africana de Portugal pós-1975 que, ainda para mais, não tem tido a atenção académica que merece. Acresce que, para perspetivar este conflito em articulação com a sociedade portuguesa, é preciso contar ainda com o “bloqueio informativo” que em Portugal, como em geral na Europa, o acompanhou ao longo de quatro décadas.

Apesar disso, compreender a descolonização falhada do Saara com base na documentação dos arquivos de estado portugueses tem um potencial elevado. A diplomacia portuguesa herdou do período colonial, e manteve devido aos interesses vigentes nas suas ex-colónias, uma importante rede de postos e de observadores em África.

Os pontos que se seguem pretendem avançar hipóteses explicativas para as tendências em curso durante a primeira década da guerra do Saara, mais precisamente entre 1976 e 1983 e, simultaneamente, para as posições portuguesas que as acompanharam. A escolha destes anos justifica-se por:

- haver agora acesso a *algumas* fontes oficiais desse período. Para além disso, a discrição com que, na mesma altura, a imprensa portuguesa cobriu o processo facilita a sua pesquisa sistemática;
- englobar um primeiro ciclo neste longo processo, no qual a guerra e a diplomacia – por esta ordem – interagiram. O ciclo, e aqui está talvez a primeira hipótese explicativa, obedeceu a um padrão que a evolução futura ainda não abandonou: o do desfazamento entre a situação no terreno e a movimentação diplomática, seguindo esta última a primeira com atraso (que no caso português foi pequeno).

Começar pela conjuntura internacional (ponto 1) é um lugar comum mas com algum cabimento. Como se verá, apesar da proximidade geográfica de Portugal ao teatro do conflito, as políticas do governo português tiveram mais determinações externas (próprias de um regime em transição como o português, nascido em 1974) do que internas (vindas dos interesses da sociedade civil portuguesa nesse teatro). Daí também o poder falar-se em política de estado e se justificar o uso do singular aplicado a “governo”.

A restante contextualização, feita nos dois pontos seguintes, serve-se de informações enviadas ao MNE a partir de algumas capitais africanas. Parte desses postos emissores fez também uma seleção da imprensa africana. Surgem assim materiais inesperados que,

* CEAUP.

como diz outro lugar comum, permitem igualmente caracterizar quem a enviou. Talvez por isso se possa desculpar que o ponto quatro, o que mais desenvolvimento aqui deveria ter, seja o único a descrever os interesses especificamente portugueses na questão.

1. A recessão da década de 1970 não foi a de 1930

Na segunda metade da década de 1970, a recessão mundial agravou as contradições imperialistas. Face à queda acentuada da taxa média de lucro, os aparelhos de estado das maiores economias capitalistas entraram cada vez mais no processo de acumulação: internamente, com o salvamento dos “patos coxos”, isto é, das grandes empresas privadas ou públicas em risco (Stoffaës, 1991: 183-186); externamente, protegendo investimentos, moedas, e estados-clientes em risco¹.

O controlo do mercado do petróleo, agora o combustível dominante das economias capitalistas avançadas, tornou-se a grande questão geopolítica. A disputa da renda petrolífera entre as multinacionais e os estados produtores estava desde 1970 numa nova fase². Em 1975 o dólar foi associado ao petróleo saudita. A partir de então a hegemonia do capital norte-americano consolidou-se. Na linguagem consagrada das relações internacionais, seguiu-se o aumento das tensões Oeste-Leste, o fim da chamada *detente* e uma intensificação dos conflitos regionais.

Contudo as receitas bélicas, tão utilizadas para a retoma durante a grande recessão anterior (década de 1930), tinham limitações. O aumento da despesa militar podia até ter efeitos multiplicadores sobre o produto interno (não sobre a taxa média de lucro) dos países capitalistas mas na era do átomo as principais armas táticas não podiam ser usadas. Não haveria uma nova geopolítica à conta dos armamentos nucleares. Para começar, porque havia dois blocos que se equilibravam e sobretudo porque, no caso de uma intervenção militar no Golfo Pérsico, a única coisa certa “seria a destruição imediata dos recursos petrolíferos, que são precisamente o que se trata de proteger”.³ Esta “impunidade” e a dependência absoluta de dois dos principais polos capitalistas relativamente ao petróleo do Médio Oriente (a Europa e o Japão) deram uma oportunidade à coligação entre o nacionalismo árabe e a “radicalização” do “Terceiro Mundo”. Foi esse o sentido da cimeira de Argel em 1975, da declaração de Taif de 1980 e das numerosas conferências realizadas dentro e fora da ONU a favor da redistribuição de rendimentos Norte-Sul (Servan-Schreiber, 1981).

Houve assim, sobretudo durante os anos 1978-1983, nas metrópoles capitalistas, o receio permanente de uma derrapagem da OLP (“queda” do Irão, ascensão do par Líbia-Argélia, instabilidade saudita). Para o agravar, desenvolveu-se uma perceção errada sobre a oferta e a procura de petróleo, imaginando-se (tal como viria a acontecer nos anos 2000) cenários catastrofistas⁴.

No terreno “mole” dos novos estados africanos a recessão chegou da pior maneira. Como novidade relativamente à década de 1960, às mudanças de regime vinham agora juntar-se o aumento das dívidas externas (acompanhadas das respetivas políticas “de reajustamento”)

¹ O peso crescente dos capitais e políticas públicas em curso desde a 2.ª guerra, aumentado pela recessão a partir de 1974, passou para um certo campo teórico “económico” sob a forma de “capitalismo monopolista de Estado”. (Tcheprakov, 1969; Boccara, 1976). A década seguinte revelaria o carácter conjuntural deste tipo de análises.

² Em Setembro desse ano, o novo regime líbio fazia passar o imposto sobre a margem de lucro de 50 para 55 % e nos meses seguintes os restantes produtores O.P.E.P. faziam o mesmo (Mihailovitch *et al.*, 1985: 21).

³ Walter J. Levy em *Foreign Affairs* (Servan-Schreiber, 1981: 84). As opiniões contrárias, expostas em Washington por “falcões” como Wolfowitz (que chegou a ameaçar os recalitrantes com armas nucleares) ou por artigos anónimos orquestrados por Kissinger, destinavam-se sobretudo a pressionar os dirigentes do Golfo (Clark, 2006: 46-47).

⁴ Para além de subavaliarem o efeito da recessão, os serviços secretos norte-americanos estavam convencidos de que a União Soviética deixaria em poucos anos de ser uma potência exportadora de petróleo, pelo que aumentaria a pressão militar sobre o Médio Oriente (Servan Schreiber, 1981: 77-79).

e, em número crescente de casos, guerras igualmente associadas às ex-metrópoles. Nas cimeiras da O.U.A., os conflitos inter-estados tornaram-se mesmo o assunto prioritário. Em 1977, a de Libreville deveria antes de mais “sanar as acusações de ingerência nos seus assuntos internos que vários países fazem a alguns de seus vizinhos”. A lista era extensa – Chade-Líbia, Etiópia-Sudão-Somália, Zaire-Angola, Marrocos-Argélia, Benim-Gabão – e, como se verá, faltavam algumas. Não sendo a “cimeira” o local próprio para tais questões, a O.U.A. criou uma comissão para a resolução de conflitos composta por dez países⁵. No ano seguinte, na cimeira de Kartum, “o problema da presença de tropas estrangeiras em África dominou os debates”. Segundo o presidente Nimeiry, era de rezear “que o nosso continente siga o mesmo caminho pisado pela Ásia: 20 anos de guerra e destruição”⁶.

De facto, pouco tempo antes, o governo francês tinha começado a preparar uma alteração de escala nas intervenções externas em África. Na cimeira franco-africana de Maio de 1978, o presidente Giscard retomara a “eventual criação de uma força especificamente africana de intervenção armada”. Esta «organização de segurança colectiva», como a designou o seu homólogo do Gabão, Omar Bongo, visava as intervenções ocidentais em três casos-chave: Chade, Mauritânia e Zaire. A cimeira “designou o Presidente Senghor, do Senegal, para ver com os seus outros colegas africanos se o projeto é ou não realizável”⁷ mas não havia muito tempo para auscultações. No Zaire, “pára-queidistas franceses e belgas e uma vanguarda marroquina” já estavam no terreno “para ajudar o regime de Mobutu a resistir à Frente Nacional de Libertação do Congo, na província de Shaba”. Segurar o Zaire, o “escândalo geológico” das multinacionais mineiras, era demasiado importante para esperar pela solução preferida⁸ – forças multinacionais africanas que dispensassem a sempre embaraçosa intervenção das ex-metrópoles. No seguimento da proposta francesa, que defendia a “perspectiva continental” para esse tipo de operações, uma reunião de cinco países NATO (Bélgica, EUA, França, Grã-Bretanha e RFA) concluiria que para “garantir a segurança e integridade do Zaire e bem assim de outros países africanos que, uma vez em dificuldades, o desejassem”, o problema “deve ser tratado no âmbito africano em geral”. Elaborou-se uma doutrina consensual de intervenção: o auxílio «aos Estados africanos desejosos de preservar, colectiva ou individualmente, a sua integridade e o seu desenvolvimento»⁹. Perante uma tal atmosfera internacional, até o “moderado” presidente nigeriano, Obasanjo, se sentira autorizado a lembrar, na cimeira de Kartum, que a “África não foi colonizada pela URSS mas pelas potências europeias” e que “não aceitaria “mais lançamentos de pára-queidistas no séc. XX como os nossos antepassados não aceitavam canhoeiros no século passado».

Um estado africano em particular parecia atravessar-se em muitos caminhos: a Líbia do coronel Khadafi. Em 1970, a Líbia fornecia cerca de 25 % do petróleo consumido na Europa ocidental e começava a usar a sua favorável situação de exportador não dependente da via do Suez para rebocar as reivindicações da O.P.E.P. A partir de então, o cartel petrolífero andaria a duas velocidades, com estados como a Líbia e a Argélia a acelerar a alta de preços e os países do Golfo funcionando como lastro. As multinacionais não mais teriam tão cedo um único interlocutor para negociar margens¹⁰. Graças aos *windfall profits* pro-

⁵ *Expresso*, 09-07-1977, *Conferência da O.U.A.: soluções adiadas*, p. 6.

⁶ *Expresso*, 22-07-1978, *Cimeira da O.U.A.: Presença militar estrangeira foi tema dominante*, p. 6.

⁷ *Expresso*, 27-05-1978, *Balanço da Conferência franco-africana: Não à “ingerência externa” mas sim ao “auxílio” francês*, p. 9.

⁸ A alta da cotação do cobre na London Metal Exchange e do cobalto no mercado *spot* (uma multiplicação por 8) mostrava a urgência da intervenção (Servan-Schreiber, 1981: 150-151).

⁹ *Expresso*, 09-06-1978. Depois da reunião de Paris, tropas de seis países concentram-se no Zaire, p. 9.

¹⁰ Como na conferência de Teherão, na qual o aumento “moderado” de 20 % (33 a 35 cts/barril) não foi subscrito pela Argélia e pela Líbia: o acordo de Trípoli garantia-lhes um majoração de 90 cts/barril. Nos aumentos de outubro de 1973, os estados do Golfo aceitaram um novo aumento de 1,2-1,3\$ por barril contra 2,4\$ para a Líbia (Milhailovitch *et al.*, 1991: 24-26).

porcionados pelo seu crude, o regime líbio podia pagar-se as despesas de representação de um novo nasserismo e tornou-se o campeão do anti-imperialismo em África. Com Khadafi a disparar em várias direções (“Frente da Firmeza” contra os acordos de Camp David, intervenções na guerra civil do Chade, interferências no Sudão e no Egito), os Estados Unidos e França tinham-no como alvo prioritário. Controlar a O.P.E.P. significava conter a influencia do par Líbia-Argélia. No principio da década de 1980, o “ódio psicopático” (Bontems, 1984: 200-201) que as administrações americanas lhe votavam – e a de Reagan¹¹ em particular – seria um fator na evolução da questão saariana.

2. Saara ocidental, 1976-1980: a Frente Polisário marca pontos no terreno e fora dele

No conflito do Saara ocidental, uma das guerras menos mediáticas saída dessa recessão mundial, houve no período 1977-80 – e apesar da sua internacionalização – uma espetacular recuperação na situação da Frente Polisário.

Em primeiro lugar (e não só cronologicamente), pelos acontecimentos no terreno militar. Em 1976, com base em equipamento capturado, as forças saaraúis já tinham conseguido levar a guerra ao interior dos dois estados invasores: desde Nema, no leste da Mauritânia, até Zagora, no sul de Marrocos¹². Os êxitos militares da R.A.S.D. tiveram um custo: a intensificação da intervenção francesa tanto mais que na Mauritânia os ataques da Polisário visavam os investimentos europeus da SNIM¹³. O apoio francês (aviões, pilotos, contingentes) para a Mauritânia¹⁴ foi contudo insuficiente para inverter o novo sentido da guerra. Os ataques da Polisário (que incluíram abates de *Mirage* franceses¹⁵) continuaram e com maior extensão – do sul de Marrocos (onde, em janeiro de 1979, a Polisário tomou a cidade de Tan Tan!) ao complexo de Zouerate, passando pelo “triângulo útil” dos fosfatos de Bou Craa (o outro grande investimento europeu na região).¹⁶

O efeito da guerra sobre as fontes de renda mineira da aliança invasora teve, como se previa, efeitos desiguais. Na Mauritânia, “um país pobre, um povo pobre sobre o qual se abateu uma desgraça”¹⁷ no dizer dos próprios militares saaraúis, o regime cedeu a partir de maio de 1978. Depois de um golpe de estado, o novo governo retirou-se do conflito e passou para o outro lado¹⁸.

Marrocos – que com a saída da Mauritânia passou a reclamar a totalidade do Saara – tinha outra consistência embora nesses anos quase experimentasse... uma saída à mauritana. Entre 1978 e 1983, a combinação das baixas cotações do fosfato, dos efeitos do segundo choque petrolífero, da queda das exportações devido à recessão europeia, dos anos de

¹¹ Um eco na imprensa Africana: “It will be recalled that President Gaddafi stood up against the might of the United States in August 1981 when Libyan jets challenged provocative measures by the American air force in the Gulf of Sydra off the coast of Libya. Later in December 1981 the Libyan leader called President Reagan a liar and accused him of being silly and childish to believe that a five-man Libyan hit squad had been sent to the US to kill him.” *Times of Zambia*, 12-08-1982, *Opinion*.

¹² O contra-ataque, designado pelo ELPS como ofensiva Chahid El Uali Mustafa Sayed, foi desencadeado no verão de 1976. (Frente Polisário *et al.*, 1981: 7-10). Para ecos dessa ofensiva na imprensa portuguesa, *Expresso*, 27-08-1977, *Ataques da Polisário em Marrocos e Mauritânia*, p. 7; 15-12-1977; *Baixas marroquinas no Saara Ocidental*, p. 6.

¹³ A Société Nationale Industrielle et Minière (SNIM) resultara da reorganização da MIFERMA, a companhia de capitais franceses e europeus que desde 1960 explorava os jazigos de ferro de Zouerat (Marbeau, 1965).

¹⁴ *Expresso*, 12-11-1977, *Ameaças da França e de Marrocos agravam a situação no Saara Ocidental*, p. 7.

¹⁵ *Expresso*, 14-12-1979, *Outro Mirage abatido em território marroquino*.

¹⁶ *Expresso*, 02-02-1980, *A Frente Polisário ataca em Marrocos*, p. 8; El Moudjahedid, *L'ALPS frappe à l'intérieur du "Triangle utile"*, 26-07-1982.

¹⁷ *Expresso* (Revista), 22-07-1978, Luís Ferreira, *Mauritânia: um alvo «mole para os petardos da Polisário*, p. 8.

¹⁸ Inicialmente o golpe “teve a aprovação da Companhia de Minas do Estado” e Marrocos “tornou público o seu apoio ao regime do coronel Salek”. *Expresso*, 15-07-1978. *Golpe na Mauritânia... mas a guerra continua*, p. 8. Mas em janeiro do ano seguinte, o coronel Salek mostrou-se pronto a “fazer voltar a paz à região” e a respeitar “o direito intangível dos povos à autodeterminação”. *Expresso*, 06-01-1979, *Preânúncios de viragem na luta do Saará Ocidental*, p. 11.

seca e das elevadas despesas militares, fizeram passar a dívida pública marroquina de 8,5 a 13 biliões de dólares (Vermeren, 2006, 74-76). Em 1981, as políticas do FMI levavam à tentativa de greve geral da CDT e à insurreição de Casablanca, provas às quais o regime sobreviveu graças unicamente à repressão militar¹⁹. Para o Makhzen, o apoio do exército, a necessidade de o ocupar longe de Rabat (em 1983, a queda do general Dimi revelaria nova conspiração falhada) e o conflito do Saara tornar-se-iam um outro “triângulo útil”.

Em segundo lugar, porque durante os anos 1977-1980 não foi só a iniciativa militar a passar para a Polisário. A diplomacia marroquina somou também insucessos, a ponto de a segunda válvula de segurança do Makhzen, o eixo Washington-Paris-Madrid, começar a vacilar.

Em novembro de 1978, a administração Carter, embora agradecendo o apoio marroquino dado às negociações israelo-egípcias, não autorizou a venda dos aviões e helicópteros pedidos por Hassan II, “por recear que os aparelhos pudessem vir a ser usados contra a Frente Polisário”²⁰. A ameaça da neutralidade americana assustou muito Rabat porque vinha na pior altura. Pouco tempo antes o governo espanhol, pela primeira vez desde os acordos de Madrid e tal como a Mauritânia, aproximava-se da Argélia, falando “num processo de paz que conduzisse à autodeterminação do povo da região”²¹. Depois, porque a nova correlação de forças estava também a ter reflexos nos dois organismos multilaterais que mais diretamente tocavam o conflito. Em novembro de 1979, na ONU, a tese marroquina de que a Mauritânia desistira porque fora coagida pela Argélia e que, como prova de boa vontade, Rabat estaria pronta a negociar com... Argel, levou à Resolução mais afirmativa desde 1972: condenação da invasão marroquina e reconhecimento da Polisário como interlocutor nacional²². Produto da votação dos países de Leste e afro-asiáticos (exceções feitas à “clientela africana” da França e dos Estados Unidos), esta resolução vinha contudo somar-se às restantes que, desde 1976, aí tinham passado sem consequências porque todas remetiam as medidas a tomar para a O.U.A. (Bontems, 1984: 189-190).

Contudo, mesmo esta começava a agitar-se. Em 1978, na cimeira de Khartum, o conflito do Saara já aparecia no centro do debate embora o plenário se tenha limitado a indigitar uma comissão *ad hoc* para examinar “sob todos os aspetos” a questão. Mas na mini-cimeira de Monróvia de dezembro de 1979 (um mês depois da Resolução onusiana desse ano), o comité já pedia a retirada das tropas marroquinas e uma força de paz interafricana para implementar o referendo no Saara²³.

Em março de 1980, Hassan II foi pedir ajuda a Paris: o Makhzen estava minado, por dentro e por fora, e apenas a reativação do eixo Washington-Paris poderia trazer algo de novo²⁴. Para a Polisário, havia razões para considerar estar-se em um bom momento para negociar. Como dizia Bernatar Mahmoud, o coordenador da diplomacia da R.A.S.D. na Europa: “Reconhecemos que o rei Hassan é um factor de equilíbrio na zona e a perspectiva actual de um regime ultra, de direita ou de esquerda, não é do nosso interesse.”²⁵

¹⁹ Só em Rabat, o número de réus era de cerca de dois mil, “julgados à média de 180 por dia”. *Expresso*, 11-07-1981, *Julgamentos em massa em Marrocos*, p. 1.

²⁰ *Expresso*, 18-11-1978, *Encontro entre o rei de Marrocos e o presidente dos EUA*, p. 9.

²¹ *Expresso*, 30-09-1978, *Reação marroquina à aproximação da Espanha à Frente Polisário*, p. 7.

²² “Pela primeira vez, uma resolução da Assembleia Geral da ONU classificou de “ocupação” a presença de Marrocos no Saará Ocidental.” *Expresso*, 24-11-1979, *Saara Ocidental: ONU condena Marrocos*, p. 8.

²³ *Expresso*, 07-12-1979, *Membros da O.U.A. pedem a Marrocos que retire do Saará Ocidental*, p. 9. A cimeira de Monróvia de 1980 designou depois um comité de peritos (*Comité de Sages*) composto pela Serra Leoa, Guiné, Mali, Nigéria, Sudão e Tanzânia. O Comité teve várias sessões em Freetown e entregou o relatório final na cimeira de Nairobi de 1981.

²⁴ Na opinião de um jornal português, o rei teria ido a Paris porque: “Sem ir ao ponto de classificar a posição de Hassan II como “desamparada” (como o fez o jornal argelino “El Moudjahid” esta semana), facto é que ele está numa posição inextricável: é-lhe impossível ganhar a guerra e é improvável negociar a paz.” *Expresso*, 29-03-1980, *Hassan II procura mediano em Paris para a guerra do Saara*, p. 11.

²⁵ *Expresso*, 05-12-1980, *Representante da Frente Polisário ao Expresso*, p. 11.

3. Saara Ocidental, 1981-1983: a reação e o começo do impasse

Assim, em 1980, no eixo vital do imperialismo e da geopolítica do petróleo, dois terminais ameaçavam rutura. No extremo oriental, no golfo de Ormuz, a revolução iraniana; no ocidental, à entrada do Mediterrâneo, o conflito do Saara, com potencial para arrastar a queda do regime marroquino.

O que valia então Marrocos para o imperialismo ocidental? A manutenção do régimen marroquino não servia apenas para salvaguardar os investimentos europeus nos fosfatos, pescas ou construção civil. A “queda de Marrocos”, que com “grande coragem” mantivera a “coesão do mundo árabe”²⁶, poderia fazer entrar a Liga Árabe, bem como as restantes organizações do “Terceiro Mundo” (O.U.A., Liga Islâmica, etc.) numa outra rota. Regionalmente, abria a possibilidade de um Maghreb unido na hostilidade à NATO (Marrocos, Argélia, Líbia). Além disso, os serviços prestados (e a prestar) por Marrocos eram demasiado importantes para serem preteridos: basta relembrar o que desde 1963 tinha sido e continuaria a ser o intercâmbio israelo-marroquino²⁷: apoio israelita durante a “guerra das areias” (1963), permissão marroquina à espionagem da Mossad durante a cimeira da Liga árabe em Casablanca ao mesmo tempo que esta colaborava no rapto de Ben Barka (setembro de 1965), intermediações de Hassan II para a visita de Sadat a Jerusalém (1977)²⁸, etc. Mas a polivalência de Marrocos para o imperialismo ocidental não se limitava aos pontos quentes do Maghreb ou do Médio Oriente. Pouco tempo depois seria fundamental a sua participação no processo negocial angolano. E por enquanto, no teatro sub-saariano Paris já ia faturando o seu apoio a Rabat forçando a presença militar marroquina na operação zairese²⁹.

Considerando o que estava em jogo, não haveria mais hesitações em Washington sobre o que fazer relativamente a Marrocos, tanto mais que o risco de colisão com a URSS sobre o assunto era nulo. Os soviéticos tinham fortes ligações à Argélia mas não descartavam a pesca nos bancos marroquinos nem, muito menos, os fosfatos da região³⁰ – e, como relembrava a França, nenhum país de Leste tinha até então reconhecido a R.A.S.D.³¹. No final de outubro de 1979, os Estados Unidos anunciavam a venda do equipamento militar solicitado por Marrocos. Tratando-se da administração Carter, a notícia vinha acompanhada de um voto piedoso – “reforçar a posição do rei Hassan II e encorajá-lo a encetar negociações”; noutras interpretações mais simples, “os “falcões” (liderados pelo conselheiro Brzezinski) levaram a melhor”. Na verdade, o neutralismo tinha sido de curta duração na Casa Branca³² e o seu fim foi acelerado pela sucessão rápida dos desastres na política colonial marroquina. O *update* americano na força aérea marroquina veio reequilibrar as forças em presença mas só por si seria insuficiente. Contudo veio acompanhado de outras

²⁶ *Expresso*, 18-11-1978, Encontro entre o rei de Marrocos e o presidente dos EUA, p. 9.

²⁷ Para um bom e inesperado artigo de divulgação sobre as relações secretas israelo-marroquinas, Messoudi, 2016.

²⁸ Isto é, em 1977-78, pouco antes da ameaça de rutura nos dois terminais do eixo do petróleo (Gibraltar e Ormuz), Marrocos ajudava o imperialismo ocidental a consertar a cavilha central, o Suez.

²⁹ Hassan II “preferiria ver os militares marroquinos integrados numa força pan-africana, sugestão feita por Giscard” mas à falta dela, a “espinha dorsal é formada por 1 500 soldados marroquinos, que começaram a partir para o Zaire no domingo, transportados por aviões norte-americanos”. *Expresso*, 03-06-1978, *Um segundo movimento contra Mobutu iniciou operações militares no Zaire*, p. 9; 09-06-1978, *Depois da reunião de Paris, tropas de seis países concentram-se no Zaire*, p. 9.

³⁰ Um acordo de cooperação comercial (créditos contra fosfatos) tinha sido assinado entre Moscovo e Rabat em março de 1978. *Expresso*, 18-03-1978, *Assinado o acordo marroquino-soviético sobre fosfatos*, p. 8.

³¹ “Quanto à frente de Polisário, para o presidente francês é reconhecida por muita poucas nações e por um único país árabe, a Argélia. Nenhum país europeu. Um único país socialista: a Coreia do Norte”. *Expresso*, 12-11-1977, *Ameaças da França e de Marrocos agravam a situação no Saara Ocidental*, p. 7.

³² Em 1974, os EUA exportaram para Marrocos material militar no valor de 8,3 milhões de dólares. Em 5 anos, o total da “ajuda militar oficial” americana quase sextuplicou (em milhões de dólares correntes, 31 em 1976 e 45 em 1978). *Expresso*, 27-10-1979, A. H. Fernandes, *O Saara Ocidental na geoestratégia mediterrânica*, p. 11.

“autorizações”, sendo decisiva a luz verde para nova colaboração israelita. Começou pouco depois a construção do muro em torno do Saara útil: os jazigos de fosfato, a correia de transporte e o porto de Layoun (Vermeeren, 2006: 72). Acabado entre 1981 e 1982, este primeiro muro não estancou todos os ataques da Polisário mas retirou-lhe grande parte da iniciativa e da mobilidade³³. Sentindo-se em terreno mais sólido, Rabat retomou a iniciativa político-militar e um dos seus alvos passou a ser o governo mauritano, organizando várias tentativas de mudança de regime em Nouakchott³⁴.

No campo diplomático, o regime marroquino contava também com o eixo Washington-Paris para desacelerar o processo de descolonização dentro da O.U.A. A convergência de esforços seria tanto mais fácil quanto, na O.U.A., havia contas americanas e francesas a acertar que coincidiam com os interesses de Rabat.

4. O Saara Ocidental e as cimeiras africanas – 1978-1983

Desde 1977 que Marrocos vinha adotando na O.U.A. a política da cadeira vazia. Em março desse ano, o governo de Rabat exprimia a sua “profunda consternação” pela “acção irresponsável” do Secretariado da O.U.A., ao permitir que, na reunião ministerial de Lomé, circulasse um relatório acusando Marrocos e o Gabão de cumplicidade no malogrado golpe contra o regime do Benin³⁵ (o Benim tinha sido um dos primeiros estados a reconhecer a R.A.S.D.). Ultrapassado este incidente, a participação marroquina continuou intermitente enquanto prosseguiam os trabalhos dos comités de peritos sobre o Saara, em curso desde 1978.³⁶

Em 1981, falhadas as tentativas bilaterais ... com a Argélia³⁷, o Makhzen jogaria noutro tabuleiro. Compreendendo que o princípio do referendo estava definitivamente consagrado mas que o calendário e a situação no terreno lhe seriam favoráveis depois de estabelecido o cessar-fogo (isto é, mantendo o exército marroquino posições entretanto recuperadas), Hassan II julgou reunidas as condições para comparecer na cimeira O.U.A. desse ano, em Nairobi. Aí, tudo como previsto por Rabat: na base de declarações consensuais sobre o referendo – ainda que acarretando problemas domésticos³⁸ – a delegação marroquina assistiu à nomeação de novo comité, agora para implementar (*mise en oeuvre*) as medidas necessárias à sua realização. Com o reforço a curto prazo da ajuda militar americana³⁹, Marrocos tinha posto o tempo a seu favor.

Contudo, a basculação “progressista” no seio da O.U.A. já não permitiu prolongar mais o *statu quo*. Um ano antes, a R.A.S.D. tinha feito o seu pedido de admissão à O.U.A. e na cimeira de Freetown 26 dos 50 membros votaram-no favoravelmente. Em fevereiro de 1982, face às dilações marroquinas sobre o referendo, o secretário-geral da Organização, Edem Kokjo admitiu a delegação da R.A.S.D. na cimeira de ministros dos negócios estrangeiros da O.U.A., reunida em Adis-Abeba. Seguiu-se o abandono da sessão por parte de Marrocos

³³ A eficiência deste modelo de defesa – um muro de areia protegido por minas e fossos – tinha sido testada pelos israelitas no canal de Suez entre 1967-1973 (a linha Bar-Lev).

³⁴ *Expresso*, 21-03-1981, *Mauritânia corta com Marrocos após vencer tentativa de golpe*, p. 12. *Expresso*, 13-02-1982, *Mauritânia, golpe falhado*, p. 10.

³⁵ *Expresso*, 04-03-1977, *Marrocos suspende participação na O.U.A.*, p. 6.

³⁶ Ver nota 23. O comité de Monróvia ocupou-se em 1980 e 1981 com a regulamentação do referendo, tentando com dificuldade atualizar os resultados do último recenseamento de 1974 (Bontems, 1984: 195-196).

³⁷ *Expresso*, 07-03-1981, *O conflito no Saharã não é “caso arquivado”*, p. 10.

³⁸ Os partidos da oposição marroquina tentaram capitalizar o “abandono do Saara”, como o fez a UFSP. Mas para o Makhzen o risco valera a pena: a resolução de Nairobi não mencionava a retirada marroquina como condição para o referendo (Bontems, 2004: 196-197).

³⁹ O programa delineado em Fez previa que em 1982 o total da “cooperação militar” americana chegasse aos 100 milhões de dólares. *Expresso*, 01-05-1982, *Divida pela questão do Saará Ocidental – A O.U.A. espera pela “cimeira” de Trípoli*, p. 11.



Ilustração 01 – O presidente do Conselho de Ministros da R.A.S.D. com o presidente da República de Moçambique Samora Machel. Fonte: RASD, 1981: 17.

e países “amigos” (todos francófonos com exceção do Sudão e da Guiné Equatorial: Zaire, Senegal, Camarões, República Centro Africana, Niger, República da Guiné, Tunísia e Djibouti). Efeito secundário da decisão, um “confronto declarado” entre o presidente em exercício, Daniel Arap Moi (do Quênia), e o secretário Kodjo, que não ajudava a acelerar trabalhos futuros⁴⁰ O eixo Rabat-Paris começava a afetar a normalidade da organização.

Nas reuniões preparatórias seguintes, realizadas em terreno favorável a Marrocos, o objetivo (exclusão da RASD, paralisia da OUA) foi alcançado: a 16 de março, reunião de ministros da Informação, em Dacar, suspensa por o Governo senegalês ter impedido a entrada no país da delegação da R.A.S.D.; uma quinzena depois, na de Salisbúria, delegados de oito países recusavam-se a entrar na sala de conferências, “devido à presença” da Polisário⁴¹.

Na O.U.A. as contas para as cimeiras futuras eram fáceis. Um total de 19 estados não aceitava o que a retórica de Rabat designava por “banditismo jurídico”, i.e., a admissão da R.A.S.D. na O.U.A.. Sendo esta composta por 50 membros, o quórum necessário para uma cimeira era de 33 (dois terços): “sem Marrocos e seus amigos o número de Estados presentes não deverá ultrapassar 31”⁴².

⁴⁰ *Expresso*, 27-02-1982, *O Saara Ocidental e a divisão da O.U.A.*, p. 8. No ano seguinte, Kodjo não seria reeleito na O.U.A. e no seu país natal, o Togo, passaria para a oposição.

⁴¹ *Expresso*, 03-04-1982, *Questão do Saara compromete futuro da O.U.A.*, p. 8.

⁴² *Expresso*, 01-05-1982, *Divida pela questão do Saará Ocidental – A O.U.A. espera pela “cimeira” de Trípoli*, p. 11.

4.1. Tripoli 1 e 2

Para agravar a divisão africana, a cimeira seguinte estava marcada para Tripoli, sede do governo de Khadafi. A possibilidade de, a partir de então e por um ano, a O.U.A. ter como porta-voz o símbolo da O.P.E.P. desalinhada com os países do Golfo e, simultaneamente, o mais ativo adversário da *Françafrique* era proibitiva para Washington e Paris. Para o governo francês, só um lenitivo: tal como na crise de Suez mais de duas décadas atrás, dispunha de uma boleia anglo-saxónica para a sua política norte-africana (e bem mais segura que a de então).

Paralisar a O.U.A. para desacreditar o regime líbio e salvar Marrocos não era uma tarefa difícil considerando as clivagens entre os estados africanos. A cisão entre o grupo de Casablanca (“progressista”) e o de Monróvia (“moderados”) precedera a cimeira de 1963, que criara a O.U.A. Para uma parte da imprensa africana, a principal diferença de 1982 relativamente a esses anos era que, para além da mudança de campo que muitos estados tinham experimentado (entre os quais Marrocos), os conflitos tinham agora (!) uma origem e mesmo um financiamento extra-africano⁴³. Kaunda, o presidente zambiano, a braços com a baixa do cobre orquestrada pela City, mencionou explicitamente a ação das multinacionais nas manobras anti-Khadafi⁴⁴. Por detrás das multinacionais estavam os respetivos estados: nesse ano de 1982 a administração Reagan decretou o embargo às importações americanas de petróleo líbio e de todas as exportações de tecnologia para a Líbia⁴⁵.

Mas seria preciso tanto? A autonomia dos estados africanos tinha sido sempre limitada, num continente em que todos (África do Sul incluída) exportavam maioritariamente bens do setor primário e importavam capitais⁴⁶. É certo que alguns dispunham de mais condições políticas para diversificar os investidores externos (as opções na balança comercial eram sempre menores) e que outros, nos quais o escasso capital investido ou os mercados eram exclusivamente euro-americanos... nem tanto. A retórica própria de “progressistas” e “moderados” acompanhava estas diferentes opções, que eram mais de grau que qualitativas.

Por outro lado havia também contradições complexas *entre* as classes dirigentes africanas. A maior ou menor exposição dessas burguesias de estado ao tecido produtivo *herdado* das suas ex-metrópoles produzia configurações sub-regionais de interesses. Era apenas no quadro *nacional*⁴⁷ que evoluíam as formações sociais africanas e se geravam os seus orçamentos de estado. Tornava-se muito improvável um esforço para qualquer política “continental”, mesmo entre os chamados “progressistas”. Por exemplo, para os estados austrais da Linha da Frente, a ameaça sul-africana (ao sul de Angola, Moçambique, Botswana, Lesotho, Zâmbia, Zimbabwe) bem como a independência da Namíbia constituíam as prioridades. Em contrapartida, para o par Argélia-Líbia, a necessidade de fortalecer a respetiva posição na O.P.E.P. e na Liga Árabe fazia com que, especialmente para

⁴³ “What makes the whole difference between the squabbles of the 1960’s and the current problems of the OAU is that today’s split is sponsored and financed by extra-continental interests and powers”. Sunday Times of Zambia, 29-05-1983. *As Africa sings Happy Birthday*.

⁴⁴ “Exploitative international capital” e “Powerful multinationals persuaded some African countries against attending the Tripoli summit. Times of Zambia, *Opinion*, 12-08-1982.

⁴⁵ Khadafi declarou-se também “disposto a publicar documentos que comprovam que o imperialismo corrompeu Chefes de Estado” para boicotarem a primeira cimeira de Tripoli. *Expresso*, 07-08-1982, Alves Gomes, O.U.A.: *do desacordo nasce a fraqueza*, p. 9.

⁴⁶ No comércio externo dos estados africanos em 86,4 % das situações havia especialização na exportação de bens primários e em nenhum se desenvolviam “atividades industriais fundamentais” para a acumulação auto-centrada (Pimenta *et al.*, 2011: 7).

⁴⁷ Cerca de 93 % das fronteiras africanas foram estabelecidas com interferência colonial o que não impediu que uma das primeiras declarações consensuais da O.U.A. (Cairo, 2107-1964) fosse a do compromisso mútuo de as respeitar (Foucher, 2014: 16-19).

Tripoli, se tornassem incómodos os regimes árabo-islâmicos que no grande Sahel alinhavam com os interesses ocidentais: os da ex-AOF, o Egito, o Sudão, a Somália, Djibouti. A necessidade de fazer bascular a O.P.E.P. (o petróleo, “espada” do Terceiro Mundo) obrigava a Líbia a um internacionalismo que encontrava na *FrançaÁfrique* – e não na África do Sul – o seu principal obstáculo. A guerra civil do Chade seria, juntamente com o conflito do Saara, o ponto quente das cimeiras de 1982-1983.

Assim as clivagens sub-regionais, mais do que determinadas por alinhamentos ideológicos, refletiam as contradições *nacionais* das burguesias de estado africanas⁴⁸.

As cimeiras anuais serviam para publicitar internacionalmente essas urgências e para legitimar as políticas dos estados *nacionais*⁴⁹.

A cimeira de Tripoli tornou-se contudo inadiável para o grupo “progressista” no seu conjunto⁵⁰. Os estados austrais necessitavam urgentemente dela para pressionar o ocidente contra Pretória⁵¹. O *tandem* Argélia-Líbia beneficiaria de a presidência de Khadafi na O.U.A.: para além de resolver a questão do Saara, uma O.U.A. com outra dinâmica poderia desbloquear as organizações do Terceiro Mundo que em 1982 também não tinham conseguido reunir ou estavam em vias disso (Liga Árabe, Liga Islâmica e Conferência dos Não-Alinhados, “ameaçada pelo conflito entre Iraque e Irão”)⁵².

Para remover o pretexto dos 19 “moderados” tornava-se necessário levar a R.A.S.D. a aceitar a proposta da Nigéria, “segundo a qual poderia participar sessão ministerial,” mas “abster-se-ia assistir posterior cimeira”⁵³. Postos perante um dilema, os saaraouis aceitaram-na numa reunião já em Tripoli⁵⁴. O esforço foi baldado porque os 19 “moderados” faltaram à chamada, apesar dos esforços do governo líbio junto de Paris⁵⁵. Sem quórum, 26 delegações reuniram⁵⁶ mas na expectativa de que outros mudassem de ideias ainda a tempo, os anfitriões estavam dispostos a mais concessões. Embora suspeito, o testemunho

⁴⁸ Angola, por exemplo, esperava reunir a primeira fatia dos 200 milhões de USD necessários para a duplicação da sua produção de petróleo exclusivamente com capital norte-americano: 85 milhões do Export-Import Bank e 50 milhões de outros bancos comerciais americanos. Nada disto interferia com a chamada grande política, na qual a presença cubana se discutia internacionalmente. “The Cabinda field, under Cuban protection, is operated by a subsidiary of the U.S. Gulf Oil Corporation.” MNE-AHD, PAA 96. Reuter – Lisbon, 08-11-1982.

⁴⁹ Era, entre outros, o caso de Angola a braços com a guerra civil: “um Estado soberano poderia pedir auxílio a outro país, se o desejasse”. Esta tese seria “calorosamente sustentada pelo Presidente Agostinho Neto, ao proclamar que as tropas cubanas não sairiam de Angola, enquanto persistirem as ameaças militares, políticas e diplomáticas contra este país”. Expresso, 22-07-1978, *Cimeira da O.U.A.: Presença militar estrangeira foi tema dominante*, p. 6.

⁵⁰ Vistas de fora, as cimeiras da O.U.A. prestavam-se a questões como esta: “Would the lives of any of the 400 million Africans be altered one jot, for better or for worse, if the Organisation of African Unity ceased to exist?” The Times, *Panafrican Farrago*, 15-06-1983.

⁵¹ Como dizia o presidente Kaunda: “We need a strong O.U.A. to resolve the economic problems that we face, we need a strong O.U.A. to resolve the problem of Namibian independence and apartheid in South Africa.” Zambia Daily Mail, 16-06-1983, *African Leaders Shame Prophets of Doom*.

⁵² Expresso, 07-08-1982, *O.U.A.: do desacordo nasce a fraqueza*, p. 9.

⁵³ A embaixada portuguesa utilizava a imprensa moçambicana para descrever, com algum ceticismo, esta solução e acrescentava: “Esforço desbloqueamento da situação tem sido sobretudo levado cabo por Líbia, interessada assegurar por todos meios condução destinos O.U.A.”. AHD-MNE, PAA 86, *Embaixada de Portugal em Maputo*, 29-07-1982.

⁵⁴ “Para os dirigentes da organização que reivindica a soberania sobre o território do ex-Saara Espanhol colocava-se um importante desafio: ou aceitava manter-se ausente da “cimeira”, debilitando a sua posição, ou sabotava a mesma, de importância crucial para o país anfitrião, que tem facultado substanciais apoios à Frente Polisário.” Expresso, 31-07-1982, *Desistindo de participar na “cimeira” de Tripoli – Polisário perdeu uma batalha mas ganhou a O.U.A.*, p. 8. Para Polisário, a relação estreita com a Argélia não se comparava com a que mantinha com Líbia: Tripoli só tinha reconhecido a R.A.S.D. em abril de 1980 (Frente Polisário *et al.*, 1981: 20).

⁵⁵ Uma trégua no apoio líbio a Wedeye no Chade uma “abstenção” do género da que foi proposta à R.A.S.D. deve ter sido uma das contrapartidas de Tripoli oferecidas ao governo francês Paris. O saldo fora praticamente nulo: “ne fut «retournée» que le Centreafrique, qui faisait partie des «19» en février dernier.” Jeune Afrique, 11-08-1982, *O.U.A. Tout sur le non-sommet de Tripoli*.

⁵⁶ Os 26 de Tripoli 1: Angola, Argélia, Benin, Burundi, Chade, Congo, Etiópia, Gana, Guiné-Bissau, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, República Central Africana, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué. The Guardian, 09-08-1982, *Radicals in OAU plan new meeting*.



Ilustração 02 – Mapa usado na cimeira de Tripoli 1 (*Jeune Afrique*, 11-08-1982).

dos repórteres da *Jeune Afrique* enfatizava a insatisfação da Polisário e da Argélia perante o mapa publicado no jornal oficial da cimeira – no qual a menção à R.A.S.D. desaparecia⁵⁷. Como desses esforços nada resultou, um Comité de 5 países (Tanzânia, Líbia, Congo, Zâmbia e Mali) ficou encarregado de convencer os ausentes para nova cimeira, igualmente em Tripoli e a realizar nos três meses seguintes.

A preparação de Tripoli 2 repetiu as mesmas pressões sobre a R.A.S.D.⁵⁸. A 2 de novembro, “após prolongadas negociações, em que se distinguiram pelo empenho os ministros Chissano, Paulo Jorge e Salim Salim”, – isto é, três ministros “progressistas” austrais (Moçambique, Angola e Tanzânia) –, a Polisário aceitou novamente não comparecer⁵⁹. A segunda tentativa para realizar a cimeira de 1982, entretanto marcada para os dias 22 a 26 de novembro, podia começar. Alguns dos 19 refratários, como o Quênia ou o Zaire mostravam agora mais disponibilidade e o quórum parecia alcançável. Até Marrocos os poderia acompanhar, se garantida a não participação da R.A.S.D. e se o Saara não fosse mais assunto (visto que a OUA já tinha “um Comité competente para assegurar cessar-fogo e organizar referendium”).⁶⁰

⁵⁷ *Jeune Afrique, O.U.A. Tout sur le non-sommet de Tripoli*, 11-08-1982.

⁵⁸ A imprensa ocidental punha novamente em evidência o desgaste da R.A.S.D. junto dos “progressistas” austrais: “The whole point now is the survival of the OAU, rather than issues which divide us – said an African diplomat whose country supports the SADR. In the interests of unity, people agree it is important to have a meeting. But the SADR’s membership has outraged leaders across the political spectrum. From Guinea’s isolationist president Sekou Touré to pro-western Felix Houphouët-Boigny of Ivory Coast and is expected to remain a thorny issue in corridor talks.” MNE-AHD, PAA 96. Reuter – Lisbon, 08-11-1982.

⁵⁹ AHD-MNE, PAA 86, Missão de Portugal na ONU, 02-11-1982.

⁶⁰ As apostas marroquinas não tinham mudado: “Intenção será porventura retirar à Frente Polisário por algum tempo possibilidade politicamente se fazer ouvir enquanto se espera que previsível melhoria relações com Argélia prejudique definitivamente aquele movimento.” MNE-AHD, PAA 96, Embaixada de Portugal em Rabat, 09-11-1982.

Apesar do “ambiente de optimismo”⁶¹, da ausência da R.A.S.D. e do compromisso para “ultrapassar a polémica sobre o Chade”, Tripoli 2 repetiu Tripoli 1: o quórum não foi atingido (apenas 32 delegações presentes). Havia razões para pensar que tinha havido farsa das duas vezes e não apenas na repetição, parafraseando Hegel. Afinal, em 1982, quem queria a cimeira? Em novembro, os “moderados” fundamentavam a recusa com base na dupla delegação do Chade (as duas partes da guerra civil), tal como em julho o tinham feito com a da R.A.S.D.. Por detrás de tudo, como se sabe, estava a vontade franco-americana de boicotar Khadafi⁶². O secretário-geral adjunto da O.U.A. declarou-o explicitamente⁶³. Mas já em Tripoli 1 parte dos “progressistas” tinham *também* manifestado vontade de outra coisa: “promover a formação de um movimento africano radical que dividirá definitivamente a O.U.A.”⁶⁴.

As contradições entre as classes dirigentes africanas manifestavam-se agora a um nível superior. A Líbia tinha feito tudo para ter a “sua” cimeira (quase se incompatibilizando com a Polisário e deixando cair o GUNT do Chade)⁶⁵ mas dos boicotes de Tripoli 1 tirava a conclusão de que seria preferível criar um novo organismo sem “soluções de conciliação” (Bontems, 1984: 202). A gestão que a O.U.A. vinha fazendo desde 1979 do referendo no Saara dava-lhe razão (não falando no que seriam os trinta anos seguintes). Contudo, Kadhafi enganava-se na dinâmica da correlação de forças: a partir de 1982-83, o cartel dos produtores de petróleo já encontraria uma outra conjuntura de mercado e não haveria mais condições para financiar um salto em frente desse tipo. Em contrapartida, para os “austrais”, preocupados em manter o contacto com as forças que no ocidente poderiam conter a África do Sul, uma O.U.A. “militante” sempre estivera fora de questão. Em Tripoli 1, o legalismo tinha sido respeitado sobretudo graças aos equilíbrios de Nyerere, o presidente da Tanzânia, que teria impedido os “radicais” de “casser la barrique”⁶⁶.

Sendo os “austrais” maioritários entre os progressistas, tudo se encaminhava para nova via sacra de compromissos. No final de Tripoli 2 foi nomeado mais um grupo de contacto, desta vez um comité de 12, com a finalidade de recuperar os ausentes para a terceira tentativa.⁶⁷ Provocatoriamente, Kadhafi insistiu em ... Tripoli 3⁶⁸ e um grupo de quatro “radicais” – dos quais apenas um “austral” – declarou mesmo desligar-se dos compromissos anteriormente tomados (sobre a R.A.S.D. e o Chade) para salvar as cimeiras⁶⁹.

⁶¹ Juventud Rebelde (Havana), *Optimismo en Tripoli ante posible solución a la crisis que entorpece XIX cumbre de la O.U.A.*, 25-11-1982.

⁶² Isto é, “las verdaderas causas hay que buscarlas en el empecinamiento norteamericano de impedir que el lider libio Muammar el Khadafi asuma la presidencia de la O.U.A.”. Granma, 20-11-1982, *El pretexto ahora se llama Chad*.

⁶³ No fracasso estava “ação administração americana com auxilio seus aliados africanos, fim obter “fiasco” diplomático Chefe Estado Libio. Questões Sahara Ocidental e Tchad teriam sido apenas pretextos.” AHD-MNE, PAA 86, Embaixada de Portugal em Budapeste, 02-12-1982.

⁶⁴ The Guardian, 09-08-1982, *Radicals in OAU plan new meeting*. AHD-MNE, PAA 86, Embaixada de Portugal em Londres, 19-08-1982.

⁶⁵ “O compromisso consistia essencialmente em a generalidade da África reconhecer como governo legítimo do Chade o presidido por Hissene Habre, ao mesmo tempo que pedia a este governo para não ester voluntariamente presente na cimeira, de forma a não afastar da mesma os países que não têm reconhecido a legitimidade de Habre.” AHD-MNE, PAA 86, ANOP, 25-11-1982.

⁶⁶ Jeune Afrique, O.U.A. *Tout sur le non-somment de Tripoli*, 11-08-1982.

⁶⁷ O comité dos 12 pós Tripoli 2: Quênia (presidente), Angola, Congo, Etiópia, Lesoto, Líbia, Mali, Moçambique, Nigéria, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

⁶⁸ “Repetiremos o convite quantas vezes for preciso” disse Khadafy”. AHD-MNE, PAA 86, ANOP, 26-11-1982.

⁶⁹ Os quatro “desligados”: Etiópia, Líbia, Madagáscar e Moçambique. Da “Linha da Frente” austral Moçambique parece ter sido o estado mais próximo dos pontos de vista libio-argelinos. Para Marrocos, não havia dúvidas: “Embaixador marrocos disse-me recentemente que desde admissão Angola e Moçambique na O.U.A. esta organização tinha vindo experimentar crescentes dificuldades dada intransigência e extremismo demonstrado por aqueles novos membros”. AHD-MNE, PAA 86, Embaixada de Portugal em Nairobi, 23-02-1983.

Mas para a maioria dos “progressistas” já chegava de “radicalismo”: a agenda austral assim o exigia⁷⁰. Ainda em Trípoli, a Etiópia manifestou-se pronta a acolher a terceira tentativa, que na opinião de muitos não podia falhar.

4.2. Adis-Abeba

Na verdade, a cimeira de Adis-Abeba, que em 1983 coincidiria com o 20.º aniversário da O.U.A., estava na rota autorizada pelo ocidente. As acusações cubanas aos Estados Unidos de desmantelar a O.U.A. falhavam o alvo: como essa mesma imprensa reconhecia, o boicote anterior tinha-se destinado à Líbia, não à organização continental. Além disso, como se viu no ponto anterior, uma dissolução da O.U.A. poderia dar lugar a um novo movimento que fizesse a ponte com os “desalinhados” de outros continentes. Isso teria o efeito de desequilibrar os *outros* organismos do Terceiro Mundo e de radicalizar certos “faithful OAU members”, especialmente na África Austral. Os interesses imperialistas no Médio Oriente e na África do Sul não entrariam neste jogo perigoso. O caso do Botswana, por exemplo, servia de lição: ameaçado pela África do Sul e ignorado pelo ocidente, começava a abrir-se ao investimento soviético. O mesmo se poderia passar no Sahel, onde apesar dos 1300 militares franceses de elite estacionados no Senegal e de um número não estimado no Chad no Níger, os Estados Unidos se viam obrigados a planear “ambitious military programmes⁷¹”. O tom das declarações oficiais ocidentais era agora diferente: por exemplo, poucos dias antes da cimeira, o presidente francês falava publicamente da O.U.A. como um organismo “insubstituível⁷²”. Não seria coincidência o facto de por essa altura nada menos de três cimeiras parcelares se terem orientado *no mesmo sentido*:

- a da CEDAO em Conakry – capital do muito anti-R.A.S.D. Sekou Touré;
- a do Maghreb – com a participação da Tunísia e de... Marrocos (!);
- a do comité de contacto, na qual tanto a presidência (Quénia) como a Nigéria não tinham reconhecido a R.A.S.D.⁷³.

Mesmo assim, para haver quórum em Adis-Abeba duas condições deveriam continuar a combinar-se: a presidência não poderia caber a Khadafi (Arap Moi do Quénia teria portanto de prolongar o seu mandato desde Nairobi-81, tornando-se recordista na O.U.A.) e a R.A.S.D. deveria aceitar nova “abstenção” de participação.

A prova de que Khadafi não as subscrevia estava nos esforços em que diplomacia líbia tinha participado com os “austrais” para reunir adesões⁷⁴. Contudo, a presidência líbia já era uma batalha perdida⁷⁵. Para não haver dúvidas, os “moderados” e “austrais” tinham instruções para deixar a via livre a Mengistu, o anfitrião “progressista” da cimeira⁷⁶.

Quanto à R.A.S.D., tornava-se evidente que tinha chegado a hora de exigir contrapartidas para tanta “abstenção”. Para os “austrais”, as negociações não iam ser fáceis tanto com

⁷⁰ Nas vésperas de Adis-Abeba, Kaunda já não escolhia as palavras: “Zambia had all along supported Colonel Muammar Gaddafi for the OAU chairmanship but she changed her mind when Libya insisted the third attempt to hold the meeting should take place in Tripoli (...) But when I got a message inviting me to Libya we decided to drop him. We realised the whole exercise was self seeking and not done with the interest of the OAU at the heart.” Sunday Times of Zambia, *Next OAU summit to be specia*.

⁷¹ Sunday Times of Zambia, *As Africa sings Happy Birthday*.

⁷² *Le Soleil* (Dakar), 27-05-1983, *Invité par les ambassadeurs africains à Paris Mitterrand exalte le rôle de l’O.U.A.*

⁷³ *Le Soleil* (Dakar), 27-05-1983, O.U.A.: *Les chances de deblocage s’accroissent*.

⁷⁴ *Le Soleil* (Dakar), 30-05-1983, *Triki reçu par Abdou Diouf*.

⁷⁵ Segundo se previa, Arap Moi passaria o testemunho a Mengistu ou a outro qualquer “progressista” austral: “The compromise figure will ultimately be the Ehtiopean Marxist leader, so the socialists and radicals won’t mourn Gadaffi that much – but there are indicators that a president from amongst the Frontline states may be asked to lead the Organisation instead”. Sunday Times of Zambia, 29-05-1983, *As Africa sings Happy Birthday*.

⁷⁶ *Le Soleil*, 10-06-1983, *Abdou Diouf refuse d’être candidat*.

a Polisário como com o outro lado: Marrocos e os seus amigos estavam ao corrente da necessidade “progressista” de realizar a cimeira e poderiam subir a fatura. O comité dos 12 começou firme, fazendo a convocatória para Adis-Abeba “sem condições prévias”⁷⁷. Sentindo o perigo (pressão internacional para a realização da cimeira, incluindo de “cima”, mas não tendo garantias sobre a presença da R.A.S.D.), Rabat começou por pôr em causa a legitimidade do grupo de contacto⁷⁸. A CEDAO veio em seu auxílio, exigindo a recomposição do comité dos 12 na mesma declaração em que acedia a participar na cimeira⁷⁹. Uma semana depois, o comité preparatório tinha passado a 21 membros e os amigos de Marrocos estavam agora amplamente representados.⁸⁰

Já em Adis Abeba, o consenso alargado não chegou para se fazer uma pré-sessão com a R.A.S.D. havendo imediatamente 22 ausências e abandonos da sala. De novo os “progressistas” austrais regressaram às negociações, começando por convencer a R.A.S.D. a nova auto-exclusão⁸¹. Era de prever que à terceira não iria ser fácil⁸². Apenas no dia seguinte, 8 de junho, às 17 horas, o acordo se faria através de uma negociação *direta* entre os “moderados”, representados pelo Senegal, e a R.A.S.D.. A sessão inaugural podia enfim começar e a O.U.A. comemorar o seu 20.º aniversário em vida. Para a imprensa africana, a R.A.S.D. – “bem comportada” como até aí⁸³ – aceitara a nova abstenção em troca da garantia de que a cimeira iria ouvir o relatório do conselho de implementação – indigitado dois anos antes na cimeira de Nairobi – sobre a organização do referendo⁸⁴. Na verdade, a R.A.S.D. tinha exigido mais: declaração pública de que a sua suspensão era apenas “temporária e voluntária” e garantias de que a O.U.A. se pronunciará por negociações *diretas e exclusivas* entre si e Marrocos (Argélia e a organização pró-marroquina AOSARIO excluídas)⁸⁵.

A estratégia da Polisário foi mal recompensada pelo acréscimo de representatividade internacional que daí adveio⁸⁶. O quadro referendário já tinha efetivamente sido ultrapassado⁸⁷ e na prática as negociações diretas teriam começado pelo menos em 1980⁸⁸. Era indesmentível que na cimeira de 1983 a posição negocial da R.A.S.D. refletia sobretudo a situação de facto no campo militar, onde indesmentivelmente a iniciativa lhe tinha *até então* pertencido⁸⁹.

Neste quadro, a resolução “mais importante” da cimeira de Adis-Abeba exortava “as partes em conflito, o reino do Marrocos e a Frente Polisário” a iniciar negociações diretas para um “referendo pacífico e justo nos próximos seis meses sob os auspícios da O.U.A. e das

⁷⁷ AHD-MNE, PAA 86, Embaixada de Portugal em Nairobi, 22-02-1983.

⁷⁸ Marrocos alegava que «la continuation même de ce comité n'ayant pas été décidée par un instance légale de l'O.U.A.». AHD-MNE, PAA 86, 01-03-1983, Embaixada de Marrocos em Varsóvia, Service de Presse – Communiqué.

⁷⁹ Le Soleil, 30-05-1983, *Les chefs d'Etat décident de se rendre au 1933^m sommet de l'O.U.A.*

⁸⁰ Tinham entrado 10 “moderados” que não reconheciam a R.A.S.D.: o Alto Volta, Camarões, Comores, Gâmbia, Guiné-Conakry, Niger, Nigéria, Serra Leoa, Togo e a Tunísia. *Le Soleil*, 07-06-1983, *Le Groupe des 21*.

⁸¹ *Le Soleil* (Dakar), 08-06-1983, Ibrahimia Gaye, *O.U.A.: l'impasse sur le Sahara*.

⁸² O presidente da R.A.S.D., Mohammed Abudallaiz, “had made a pledge that come what may – he was going to participate in the summit”. *Sunday Times of Zambia*, 19-06-1983, *Next OAU summit to be special*.

⁸³ Na expressão do mais influente jornal zambiano, “well behaved”. *Sunday Times of Zambia*, 29-05-1983, *As Africa sings Happy Birthday*.

⁸⁴ *Le Soleil* (Dakar), 09-06-1983, Ibrahimia Gaye, *L'O.U.A. sauvée*.

⁸⁵ *Le Soleil* (Dakar), 10-06-1983, *Négociations directes demandent les Sharaouis*.

⁸⁶ Do total de reconhecimentos da R.A.S.D. como estado, dois terços foram declarados entre 1987-83 e o terço restante entre 1984-2011.

⁸⁷ Só os “amigos” do Makhzen, como o presidente Mitterrand durante a sua visita a Rabat em janeiro desse ano, continuavam a referir-se ao referendo de “auto-determinação”, sem mencionar a “independência”, e dando-lhe um caráter probatório (Bontems, 1984: 208).

⁸⁸ Segundo Seleh Bobik, o ministro dos negócios estrangeiros da R.A.S.D., as negociações secretas teriam começado em 1980 e sido interrompidas depois. *Expresso*, 16-05-1981, *Carlos Gil na R.A.S.D.*

⁸⁹ A forma como a Polisário utilizou essa favorável correlação de forças no terreno para compensar outros campos pode verificar-se, por exemplo, através das operações militares desencadeadas imediatamente antes de Trípoli 1. El Moudjahid, 26-07-1982, *R.A.S.D. L'ALPS frappe à l'intérieur du «Triangle utile»; 27-07-1982, Operation ALPS pres de Smara Haouza (territoires libérés); 28-07-1982, Nouvelles attaques des combattants sahraouis; 31-07-1982, Nouvelle attaque contre les forces monarchistes*.

Nações Unidas”. Previa-se também uma força de interposição no território⁹⁰. A resolução correspondia apenas a um pequeno avanço na resolução do conflito mas não ia muito além de Nairobi.

Para Marrocos, o balanço de Adis-Abeba continha uma derrota difícil de engolir – a O.U.A. reconhecia a R.A.S.D. como parte interessada⁹¹ – mas era menos mau do que parecia. A curto prazo e para uso doméstico, o Makhzen ainda podia argumentar que conseguira a exclusão da R.A.S.D. na cimeira (“a reposição da legalidade”). Depois, porque uma vez que a resolução continuava compatível com o seu controlo do Saara útil (para isso o cessar-fogo era fundamental), Rabat poderia sempre escolher o momento e as condições do referendo. Neste quadro, as discrepâncias entre as declarações internacionais e para uso doméstico não tardaram. No intervalo de algumas semanas os dirigentes marroquinos diriam, por exemplo:

- sobre as “negociações diretas” – que «son pays refusait toujours toute négociation directe avec le Front Polisario» (ministro N.E. Mohammed Boucetta, durante a cimeira); “une volonté de passer par tous les chemins qui mènent au référendum” (Boucetta, depois da resolução)⁹²;
- sobre o referendo: «Le Maroc est tout à fait disposé ce qui a été décidé à Nairobi et rejette tout changement dans les résolutions du 18eme somme» (Boucetta, antes da cimeira); “Nada obrigaria Marrocos entregar o território do Sahara em bandeja de prata a bando de mercenários.” (Hassan II em discurso de aniversário, três meses depois da cimeira)⁹³;
- sobre o prazo de seis meses para o referendo: seria feito “dés que possible” (Boucetta, durante a cimeira de Adis-Abeba) mas “ce délai qui a été fixé nous convient” (Boucetta, depois da cimeira, ainda em Adis-Abeba)⁹⁴.

5. Portugal e o Saara (1976-1983): alguma mercadoria por debaixo da bandeira

Uma explicação das posições portuguesas relativamente ao conflito do Saara durante o período 1976-83 não pode dissociar-se da enumeração dos seus interesses diretos na região.

Antes do euro, o capital português, como o dos restantes países N.P.I., tinha um grau baixo de internacionalização. O investimento externo português apresentava “valores irrelevantes”, especialmente para África e apesar dos fluxos para as ex-colónias. O mesmo se passava com o movimento comercial com os novos estados africanos, nitidamente em queda até 1990⁹⁵. Relativamente à região Maghreb/Sahel, apenas com Marrocos se verificava uma tendência ascendente⁹⁶ devido a dois fatores: o crescimento marroquino, que entre 1973-77 registou uma taxa média de 7,3 % ao ano (Vermeren, 2006: 63-64), e as pescas.

⁹⁰ A resolução fora redigida pelas delegações da Etiópia, Mauritânia e Senegal. AHD-MNE, PAA 86, 01-03-1983, Embaixada de Marrocos em Argel, 14-06-1983.

⁹¹ A imprensa e os partidos marroquinos reagiram sobretudo a este ponto. AHD-MNE, PAA 86, Embaixada de Marrocos em Rabat, 16-06-1983.

⁹² *Le Soleil* (Dakar), 10-06-1983, Boucetta: *Nous sommes prêts à organiser un référendum*; 13-06-1983, *Le Maroc n'exclut pas des négociations directes avec le Polisario*.

⁹³ *Le Soleil* (Dakar), 06-06-1983; *M'Hamed Boucetta: Le Maroc disposé à appliquer les résolutions de Nairobi*; AHD-MNE, PAA 86, Embaixada de Marrocos em Rabat, 29-09-1983.

⁹⁴ *Le Soleil* (Dakar), 10-06-1983, Boucetta: *Nous sommes prêts à organiser un référendum*; 13-06-1983, *Le Maroc n'exclut pas des négociations directes avec le Polisario*.

⁹⁵ Em 1990, o investimento português no total da África sub-saariana, por exemplo, era de cerca de 1,2 milhões de contos, i.e., o equivalente nominal de 6 milhões de euros. Nesse ano, as exportações portuguesas para a região correspondiam a 3,5 % do valor exportado (tinha sido de 10 % em 1975). (ICEP, 1992: 12).

⁹⁶ Em 1977, cerca de 42 % das exportações portuguesas para os 5 países do norte de África destinavam-se a Marrocos. Suplemento Expresso, 03/06/1978. Fonte: I.N.E.

Até 1975, o crescimento de Marrocos deveu-se às cotações do fosfato e de outros minerais. Enquanto pôde endividar-se, o Makhzen entrou numa “opção industrializante” que garantiu encomendas e internacionalização a firmas portuguesas, especialmente de equipamentos e obras públicas. Em 1976, a empresa “Construções Técnicas” (Lisboa) começaria a construir uma cimenteira em Oujda com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas ano⁹⁷; no ano seguinte, a SONAFI – Sociedade Nacional de Fundação Injectada (Matosinhos) – já estava, em regime de sociedade mista, a montar em Marrocos uma unidade de produção de ferragens para a construção local, prevendo-se um volume inicial de negócios de 800 mil contos⁹⁸.

Atrás destas oportunidades e de “outros concursos”, uma missão “chefiada pelo secretário de Estado do Comércio Externo, António Celeste, e integrando representantes dos sectores privado e público” deslocou-se a Rabat⁹⁹ para assinar um acordo comercial¹⁰⁰ e outro de cooperação técnica. Entretanto tinha sido criada a Associação de Amizade Portugal-Marrocos que em menos de um ano já era creditada com “a implantação de unidades industriais portuguesas em Marrocos, bem como a constituição de sociedades mistas em sectores como o da pesca ou da actividade de importação e exportação”¹⁰¹. Como se verá, a descrição talvez fosse exagerada.

Os anos recessivos que se seguiram (em Marrocos, os “anos de chumbo”) diminuíram consideravelmente os fluxos de mercadorias e capitais mas não a dependência portuguesa num setor tradicional: o das pescas.

5.1. Políticas de pesca a pensar no deserto

Em Portugal, a pesca garantia em 1981 cerca de trinta mil postos de trabalho e um produto da ordem dos 10,7 milhões de contos (Arroteia, 1985: 85-86), isto é, cerca de 1,2 % do PIB. Uma parte significativa desta atividade dependia de concessões em águas territoriais de outros países, do Canadá à Guiné-Bissau.

Nos bancos do noroeste africano, a pesca industrial (“arrasto do alto”) estava em declínio mas era cada vez mais substituída pela chamada “pesca artesanal longínqua”: entre 100 a 200 embarcações ocupando cerca de 3 mil pescadores e produzindo talvez mais de 10 % do valor anual do pescado¹⁰². Os pesqueiros marroquinos eram os mais frequentados e o quadro legal deste tipo de pesca parecia ter estabilizado com a assinatura do acordo de pescas com Marrocos, em março de 1976¹⁰³. Não seria assim porque a partir de 1978 Rabat começou a utilizar os acordos de pesca como uma ferramenta de política colonial.

Os pescadores espanhóis foram os primeiros a ser envolvidos. Em fevereiro desse ano o parlamento espanhol, após “acalorado debate”, tinha aprovado também o seu acordo de pesca com Marrocos no qual Rabat *incluía* as águas territoriais do Saara Ocidental¹⁰⁴. Em maio a Polisário, “cansada de emitir avisos que não são obedecidos”, noticiava o julgamento de oito pescadores espanhóis capturados cerca de um mês antes nas águas do

⁹⁷ *Expresso*, 15-05-1976, *Empresa portuguesa constrói em Marrocos*, p. 10.

⁹⁸ Isto é, aproximadamente equivalente a 60 % do investimento total português para a África subsariana em 1990. *Expresso*, 28-01-1978, *Empresa de fundição vai exportar tecnologia para Marrocos*, p. 12.

⁹⁹ *Expresso*, 28-01-1977, *Missão em Marrocos para comércio e cooperação*, p. 10.

¹⁰⁰ Decreto n.º 64/78, promulgado a 21/6/1978.

¹⁰¹ Revista *Expresso*, 22-07-1978, “*Sagres*” em Casablanca, *uma presença simbólica*, p. 7.

¹⁰² *Diário da Assembleia da República*, 23-05-1979, 1.ª série, I Legislatura, n.º 63, p. 2228, José Victorino (PSD). Neste tipo de pesca, só os portos do Algarve eram responsáveis por trinta embarcações e cerca de mil pescadores, produzindo um valor de 0,5 milhão de contos. *Diário da Assembleia da República*, 15-06-1979, 1.ª série, I Legislatura n.º 74, pp. 2694-2695, Pedro Coelho (PS).

¹⁰³ Decreto n.º 75/77. Acordo em Matéria de Pesca Marítima entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos, promulgado em 18/04/1977.

¹⁰⁴ *Expresso*, 08-02-1976, *Acordo hispano-marroquino ratificado em Madrid*, p. 6.

Saara: a guerra não era contra os pescadores, mas “os prisionados estavam a levar a cabo actos de roubo e pilhagem das riquezas marinhas”¹⁰⁵. Quando uma delegação do governo espanhol, para minimizar riscos em função da nova situação no terreno, se encontrou em Tinduf com a Polisário, Rabat advertiu a Espanha contra “sérias consequências”. Um mês depois, sete tripulantes espanhóis da traineira “Cruz-del-Mar” seriam assassinados por agentes marroquinos. A Polisário explicou: “Recebemos informações de que Marrocos preparava uma série de acções para sabotar as relações entre a Espanha e o Saará Ocidental; esta é a primeira.”¹⁰⁶

Para Portugal, os problemas da pesca nos bancos africanos começaram na concessão mauritana, considerada demasiado cara pelo governo português e em risco de não ser renovada em Nouakchott¹⁰⁷. Mais a norte, os riscos para os pescadores portugueses eram semelhantes aos dos espanhóis. O acordo de pescas com Marrocos não tinha cláusulas geográficas pelo que as embarcações portuguesas violavam frequentemente as águas saarianas. Além disso, as expectativas da Polisário de que um governo do PS em Portugal pudesse ter uma política diferente do espanhol depressa se viram frustradas¹⁰⁸.

Antecipando que, mais tarde ou mais cedo, a Polisário abriria uma representação em Lisboa e conhecendo a dependência dos pescadores portugueses relativamente às suas águas, Marrocos começou a sua coacção pesqueira. O acordo de pescas de 1976 tinha previsto a criação de sociedades de capital misto¹⁰⁹ mas até então e mesmo sem elas, “Portugal vinha aí pescando sem problemas de maior”: as licenças eram passadas pelo Ministério dos Transportes marroquino mediante a “entrega de uma percentagem do produto líquido da pesca”. Em 1979, o governo de Marrocos alargou a sua área exclusiva para as 200 milhas marítimas (tal como o de Portugal, aliás) mas passou a condicionar a pesca à constituição das empresas mistas. Na ausência de resposta do ministério em Lisboa, os armadores portugueses enviaram um advogado a Rabat para tratar do assunto.

A partir de aí a incerteza seria grande¹¹⁰.

Embora nenhuma empresa mista tenha sido criada entre 1976 e 1979, o “esfriamento de relações” luso-marroquinos tinha outras variáveis. Em janeiro de 1979, uma delegação parlamentar portuguesa visitara Marrocos sem se ter pronunciado sobre a questão saariana – “apesar da importância excepcional que lhe foi atribuída pelos órgãos de Informação e meios políticos locais e para “mal disfarçada frustração dos que, em Rabat, esperavam colher frutos deste encontro”¹¹¹.

O problema para Rabat é que nas pescas, como no resto, a sua capacidade de pressão estava em queda. A Polisário tinha-lhe retirado grande parte do controlo do litoral saariano e portanto era mais provável serem os seus efetivos a fiscalizar os arrastões ibéricos

¹⁰⁵ *Expresso*, 27-05-1978, *Pescadores espanhóis julgados pela Polisário*, p. 8.

¹⁰⁶ *Expresso*, 30-09-1978, *Reação marroquina à aproximação da Espanha à Frente Polisário*, p. 7. *Expresso*, 07-12-1978, *Incidente hispano-saaraui F. Polisário denuncia “provocação” marroquina*, p. 11.

¹⁰⁷ Um acordo de pesca tinha também sido assinado entre o governo português e a Mauritânia em 1976, Menos de um ano depois, segundo um relatório do Ministério das Finanças, em 1976, os custos (licenças, multas, participação em empresa mista e tripulações mauritanas) passavam dos 150 000 contos contra “um valor de pescado que se desconhece, mas dificilmente terá ultrapassado 500 a 600 mil contos”. *Expresso*, 25-03-1977, *Pesca na Mauritânia acelera demissão de P. Coelho*, p. 1. As licenças mauritanas expiravam em junho de 1980. Diário da Assembleia da República, 27-07-1980, II série, I Legislatura, n.º 38, pp. 473-474, Requerimento de Carlos Espadinha (PCP).

¹⁰⁸ Sobre a política do governo PS, ver ponto 4.2. A recente captura de três pescadores espanhóis, que operavam em águas territoriais saaraui, pelos guerrilheiros polisários deve – segundo os dirigentes da Frente – ser interpretada como um “aviso”. E não só pela Espanha. A bom entendedor...” *Expresso*, 11-03-1978, A. Martim Lopes, No 2.º aniversário da proclamação da R.A.S.D. o povo saaraui apenas quer ser independente, p. 8.

¹⁰⁹ As “sociedades de capitais mistos” teriam benefícios fiscais (clausula VI). Decreto n.º 75/77.

¹¹⁰ *Diário da Assembleia da República*, 23-05-1979, I série, I Legislatura, n.º 63, p. 2228, José Victorino (PSD).

¹¹¹ *Expresso*, 20-01-1979, Vicente Jorge Silva, *Parlamentares portugueses de “mãos vazias” em Marrocos*, p. 3. Pela mesma razão, e contra o que certa imprensa antecipava para “ainda antes do próximo Verão”, o Parlamento marroquino não ratificou a abolição dos vistos aos visitantes portugueses. *Expresso*, 21-04-1979, *Abolição de vistos entre Portugal e Marrocos*, p. 13.

do que as desgastadas forças armadas marroquinas. No verão de 1980, as tripulações de várias embarcações de pesca portuguesas e espanholas seriam apresadas pela... marinha da Polisário. O caso mais célebre, pelo longo tempo de captura e também pelo impacto político que teve, seria o do arrastão “Rio Vouga”. A 21 de julho, a entrega dos pescadores foi acompanhada de uma declaração conjunta na qual o governo português exprimia o seu “apoio ao direito do Povo Sarauí à autodeterminação, à independência, à soberania e à integridade territorial do seu país sob a direção do seu único e legítimo representante, a Frente Polisário.”¹¹²

Embora o governo de Lisboa, sob pressão marroquina, tivesse logo a seguir minimizado o comunicado e negado ter reconhecido a R.A.S.D., a posição portuguesa *estava diferente*. Antes de mais, contrastava com a de Madrid¹¹³. Além disso, nos apresamentos seguintes de tripulações que pescavam em águas saarianas, a Polisário não deixaria de enfatizar que diferenciava o tratamento dado às portuguesas das espanholas¹¹⁴. Um diplomata da R.A.S.D., comentando a recente abstenção portuguesa em mais uma votação na ONU, mostrava como o acordo de 21 de julho servia os interesses saarauis:

*“não consideramos que o facto de Portugal se ter abstido seja um desrespeito aos acordos assinados anteriormente. A explicação do voto, dada pela delegação portuguesa, satisfaz-nos, já que se baseava num princípio de coerência em não votar igualmente a favor da resolução marroquina. Naturalmente, teríamos preferido um voto afirmativo, mas compreendemos, sem grande esforço, a atitude do Governo português.”*¹¹⁵

O ministro dos negócios estrangeiros Selek Bobih explicaria melhor o significado do “acordo” de 21 de julho: “Portugal é o único país europeu do bloco ocidental que reconhece a sua luta e evidentemente os seus direitos sobre as águas territoriais do Saara Ocidental”¹¹⁶. A “neutralidade” de Lisboa dava para tudo, sobretudo porque publicamente primava pela indefinição¹¹⁷. Para os pescadores, o facto de não haver contencioso Portugal-Polisário expunha-os, como já tinha acontecido aos espanhóis, às represálias do governo marroquino¹¹⁸. No entanto, ao contrário do que tinha feito o governo de Madrid em idênticas circunstâncias, não haveria protestos públicos do governo português sobre essa ou outras ilegalidades marroquinas, que incluíam a venda de licenças de pesca por privados¹¹⁹. Contudo, havia alterações em curso. Ainda em 1981, o governo português começaria a implementar as “empresas mistas” com Marrocos, previstas pelo acordo de pescas de 1976;

¹¹² Para uma perspetiva mais detalhada do caso “Rio Vouga”, ver o artigo de Jorge Ribeiro desta publicação, pp. 205-209.

¹¹³ Na sequência do apresamento da tripulação do “Gormonar, desde 21 de maio, o governo espanhol não só se recusava a fazer o mesmo que Portugal como tinha levado a questão à Comissão de Direitos Humanos da ONU. *Le Monde*, 04-10-1980, *Quinze pêcheurs portugais ont été capturés par le Polisario*.

¹¹⁴ Por exemplo, no seguimento do caso do arrastão “Denebe” (provavelmente apresado por a Polisário pensar tratar-se de uma embarcação espanhola), enquanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros português “anunciava que a libertação dos 15 pescadores tinha sido incondicional, a Frente Polisário em afirmações a agências estrangeiras referia que a libertação se processara nos termos do acordo firmado em 21 de Julho aquando a libertação dos pescadores do Rio Vouga. *Expresso*, 11-10-1980, *Pescadores libertados pela Polisário chegaram ontem a Lisboa*, p. 2.

¹¹⁵ *Expresso*, 15-12-1980, *Representante da Frente Polisário a Expresso*, p. 11.

¹¹⁶ *Expresso*, 16-05-1981, *Carlos Gil na R.A.S.D.*, pp. 15-16.

¹¹⁷ Como diria um deputado da oposição: “Concluem-se acordos de duvidoso interesse com a Espanha em escassos dias, mas não se alcançam quaisquer resultados satisfatórios em meses e anos com Marrocos e a Mauritânia, nem se chega a um *modus vivendi* com a Frente Polisário” *Diário da Assembleia da República*, 17-10-1981, I série, II Legislatura, n.º 2, pp. 49-51, Victor Brás (PS).

¹¹⁸ Uma semana depois da entrevista de B. Mahmoud, era notícia a libertação da tripulação do “Santa Luísa” pelo governo marroquino após um cativeiro de 50 dias e a multa de 3500 contos. *Expresso*, 12-12-1980, *Marrocos vinga-se de acordo com a Polisário*, p. 2.

¹¹⁹ Um deputado da oposição denunciou no parlamento a “actividade ilícita de algumas pessoas influentes em Portugal, na Mauritânia e em Marrocos que exploram os nossos pescadores artesanais, fazendo com que lhes sejam entregues quantias avultadas”. Um outro deputado apresentou documentos de licenças “cujo custo seria de 6000 a 7000 contos.” *Diário da Assembleia da República*, 11-11-1981, I série, II Legislatura, n.º 12, p. 358, Luís Saias (PS); Carlos Espadinha (PCP), p. 359.

em Setembro já havia seis “em fase de arranque”¹²⁰. Dois anos e alguns meses depois, à medida que o exército marroquino consolidava posições no litoral saariano, a “neutralidade” portuguesa chegava mais longe, isto é, mais a sul. Em junho de 1984, um deputado da oposição pedia esclarecimentos ao governo sobre

“a autorização eventualmente dada pelas autoridades portuguesas no sentido de soldados marroquinos montarem o sistema de segurança e serem possivelmente transportados a bordo de barcos de pesca portugueses ou pertencentes a sociedades mistas luso-marroquinas”.

O requerimento perguntava ainda se dos acertos entretanto feitos (visita recente do MNE a Marrocos) “os acordos de pesca revestem ou não um sentido hostil em relação à Frente Polisário”. Sabe-se que tinha havido “recusa de alguns armadores portugueses em admitirem a bordo homens armados, eventualmente membros das forças armadas marroquinas.”¹²¹.

Não houve resposta governamental no parlamento¹²². Como habitualmente, a diplomacia portuguesa tinha-se realinhado rapidamente com a evolução no terreno mas não só.

5.2. A Líbia ao ataque da Madeira e dos Açores?

A orientação da política portuguesa para corrigir a guinada imposta pela Polisário no verão de 1980 fez-se gradual mas precocemente, aqui e ali acelerada pela pressão dos seus aliados NATO e por incidentes. Um dos mais significativos – porque tendo começado cedo foi sobretudo empolado depois – foi a campanha de imprensa à volta da eventual independência dos arquipélagos atlânticos (portugueses e espanhóis).

Um indicador da precocidade: em julho de 1978, o presidente Giscard d’Estaing visitou Lisboa com o objetivo de justificar a política francesa em África, de pedir a intermediação do governo português nas relações franco-angolanas (a Elf estava em dificuldades nas negociações petrolíferas com Luanda)¹²³ e de reafirmar com a posição do Governo português relativamente aos... Açores¹²⁴.

Como tinha chegado o “perigo” aos Açores? Em fevereiro desse ano Khadafi tinha exigido na ONU a liberdade das “nossas ilhas africanas que foram ocupadas pela Grã-Bretanha, Espanha e Portugal”. A única ilha “africana” que verdadeiramente poderia interessar o governo líbio era certamente a vizinha Malta¹²⁵ mas a provocação iria ser aproveitada na questão saariana. Em maio, a imprensa portuguesa fez-se também eco das declarações no mesmo sentido de Bouteflika, ministro argelino dos negócios estrangeiros, sobre as Canárias. Argélia e a Líbia estariam então a financiar grupos separatistas (a FLM da Madeira, o MPAIAC das Canárias e mesmo a FLA dos Açores). Dito de outro modo, para os *opinion-makers*

¹²⁰ Na agenda da deslocação a Marrocos do secretário das pescas, Gonçalves Viana, estava “o enquadramento legal das empresas mistas de pesca luso-marroquinas” e “a cooperação nos domínios da investigação e formação profissional”. *Expresso*, 05-09-1981, *Conversações com Marrocos sobre pescas*, p. 4.

¹²¹ *Diário da Assembleia da República*, 27-07-1984, I série, III Legislatura, n.º 145, p. 6290, Hasse Ferreira (PS).

¹²² Um memorando da Direção Geral das Pescas “esclareceu” que, sendo as embarcações de pesca propriedades de empresas mistas (isto é, luso-marroquinas), as autoridades portuguesas não tinham “competência para se pronunciarem sobre a presença ou não de soldados marroquinos a bordo.” *Diário da Assembleia da República*, I série, 28/9/1984, III Legislatura, n.º 163 S 1, p. 80.

¹²³ Em 1981, a Elf começou a extrair petróleo de uma concessão na qual detinha 50 %, tendo a Mobil, a AGIP e duas companhias jugoslavas como sócios. *The New York Times*, 04-09-1981, *Elf Oil Find Off Angola*.

¹²⁴ *Expresso*, 15-07-1978, *Mercado Comum (e emigrantes)*, *África e Açores – pontos quase certos de uma agenda mantida em segredo*, pp. 6-7.

¹²⁵ O governo de Malta pretendia garantias para o seu estatuto de neutralidade e a Líbia tinha financiado o governo de Dom Mintoff para consolidar a sua posição negocial quando das negociações com a Grã-Bretanha, que levaram ao encerramento da base naval britânica em 1979. *The Times of Malta*, *Gadaffi’s Relationship with Malta*, 20-10-2011.

lusos a ligação entre a ameaça líbio-argelina e o apoio português a Marrocos estava feita, o que permitiria transformá-la em política nacional.¹²⁶

Assim se explicaria o apoio de Mário Soares e da “Internacional Socialista” ao governo do Senegal, onde estacionavam as forças francesas que davam apoio à Mauritânia contra a Polisário. Do mesmo modo na visita oficial feita a Marrocos imediatamente a seguir, era natural que “o primeiro-ministro português e as autoridades marroquinas tenham abordado o problema da Frente Polisário, *conjugando-o com a ofensiva do Movimento de Independência das Canárias que aquela Frente guerrilheira apoia, e bem assim com as recentes declarações de Kadhafi e Bouteflika em relação aos Açores*”.¹²⁷

Nos anos seguintes, certos editoriais continuavam taxativos:

*“Com efeito, a Argélia tem vindo a sustentar a causa separatista no arquipélago vizinho das Canárias no âmbito de uma estratégia que passa também pelo apoio à Frente Polisário. No que diz respeito à Madeira e aos Açores – em que a soberania portuguesa tem sido contestada pela Líbia e mais veladamente pela Argélia – o nosso país estará em condições de exigir que, pelo menos, os equívocos, e as ambiguidades sejam desfeitos, não se limitando a ser um mero espectador passivo da questão do Sahara.”*¹²⁸

A possível “independência” das ilhas, um verdadeiro *fait divers* na geopolítica que realmente contava, não foi seguramente um fator explicativo para a política portuguesa relativamente ao Sahara. Contudo, o eco que encontrou nos meios governamentais portugueses e na imprensa dominante é seguramente um sintoma das mudanças em curso.

Conclusões

Na guerra do Saara a Frente Polisário recuperou posições no terreno militar entre 1976 e 1980. Depois disso, a ajuda externa recebida por Marrocos retirou-lhe parte da iniciativa militar. Mas com o desfazamento que geralmente ocorre entre guerra e diplomacia, o seu estatuto internacional melhorou entre as cimeiras de Nairobi (1981) e de Adis-Abeba (1983). Depois desta última, contudo, uma diplomacia atenta como a portuguesa podia detetar que o tempo corria agora favoravelmente para o governo marroquino.

O governo português manteve ao longo destes anos a posição de “neutralidade” oficial. Mas o MNE português conhecia vários tipos de neutralidade. O que determinou realmente a política portuguesa durante esta primeira década do conflito do Saara?

Aparentemente (isto é, ideologicamente) nada impediria um posicionamento favorável à Polisário. A III República Portuguesa saíra de uma guerra colonial e tinha transformado uma descolonização falhada, a de Timor-Leste, em uma questão de regime. Por outro lado, a reaproximação de qualquer governo português aos PALOP's, nunca poderia ser prejudicada por uma política pró-R.A.S.D., estado que todas as antigas colónias africanas de Portugal tinham reconhecido. O resultado das observações dos postos diplomáticos

¹²⁶ Para maior plausibilidade, fazia-se igualmente associação com a política soviética... de 1961. Curiosamente, as reações “patrióticas” dos partidos parlamentares de todos os quadrantes foram no sentido previsto pela campanha, tanto em Portugal como em Espanha. Revista *Expresso*, 27-05-1978, *Desde a URSS à Argélia passando pela FLA*, p. 2.

¹²⁷ *Expresso*, 20-05-1978, *Soares e Senghor em ofensiva africana*, p. 9 (itálico não original).

¹²⁸ *Expresso*, 20-01-1979, Vicente Jorge Silva, *Parlamentares portugueses de “mãos vazias” em Marrocos*, p. 3. Seria interessante acompanhar o movimento de basculação pró-Marrocos da classe política portuguesa. Em 1982, na Madeira, a reviravolta parecia estar completa no principal partido da oposição regional: “Portugal e os países da NATO podem e devem contribuir para a estabilização e evolução democrática do regime marroquino, ao qual devem ser facilitados meios que garantam a sua defesa no contexto estratégico em que está inserido”, dizia o deputado Bernardino Gomes do PS. *Expresso*, 06-09-1980, *Marrocos, Sahara Ocidental, Portugal e a NATO*, p. 10.

do MNE e o interesse com que seguiam as cimeiras africanas não deixam dúvidas sobre isso¹²⁹.

Mais ocultos e em sentido contrário, havia nestes anos *poucos* interesses portugueses associados a Marrocos. Em 1990, o investimento português em Marrocos, para além de inferior a meio milhão de euros, concentrava-se ainda (96 %) no setor pesqueiro, isto é, nas “sociedades mistas do acordo de pescas de 1976 (ICEP, 1991: 55). O contraste com a situação atual é grande:

Quadro 01 – Investimento Direto de Portugal no Exterior

Anos	Capital português em Marrocos (milhões de euros)	% no total do capital exportado
1987	0,49 (a)	1,7
2017	110,25	0,2

Conversão escudo-euro à taxa nominal de 1999.

Fonte: Banco de Portugal, Posições em fim de período.

Note-se que, mesmo baixando percentualmente, os valores absolutos do investimento português em Marrocos, são hoje 200 vezes superiores aos dos anos 1980. Atualmente seria impossível explicar as “políticas marroquinas de Portugal” sem identificar os interesses, privados e públicos, operando fluxos de capital na ordem das centenas de milhões de euros, que as orientam. Trinta anos antes, a capacidade lobbyística dos investidores portugueses ou dos exportadores de bens e serviços para Marrocos seria necessariamente muito menor. Abstraindo dos interesses nas pescas, associados a pequenos e médios capitais que se poderiam articular com muitas políticas bilaterais e que portanto não comportam efeitos determinísticos, o que resta como fatores explicativos de uma “neutralidade” à portuguesa entre 1976 e 1983? Apenas os imperativos internacionais de Lisboa (integração NATO, candidatura CEE) bem como as articulações bilaterais com os seus aliados tradicionais (Estados Unidos, França, Espanha). Foram estes vetores a empurrar tendencialmente o MNE português para a sua particular interpretação do “neutralismo oficial”. Pode acrescentar-se que foi um neutralismo com tradições na diplomacia portuguesa, suportando bem o paralelismo com o do Estado Novo nos anos 1940: ativo, atento e alinhado. Enfim, um neutralismo rentabilizado em outras latitudes.

Fontes

Documentos de Arquivo

Arquivo Histórico Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros.

AHD-MNE, PAA, 86.

AHD-MNE, PAA, 94.

¹²⁹ O governo português fez esforços consideráveis por enviar um observador à cimeira de Adis-Abeba, em 1983. O enviado seria o Dr. Zanatti Rodrigues, então colocado na Embaixada em Tunes que não chegaria a ir porque entretanto a O.U.A. resolveu não aceitar a participação de observadores de países europeus. AHD-MNE, PAA, 94 Embaixada de Portugal em Tunes, despachos e ofícios (julho e agosto de 1982).

Periódicos

Diário da Assembleia da República.

Jornal “Expresso”.

Referências bibliográficas

- Arroteia, Jorge Carvalho (1985), *Portugal: perfil geográfico e social*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Boccara, Paul (1976), *O capitalismo monopolista de Estado. Tratado marxista de economia política*, Lisboa: Seara Nova.
- Bontems, Claude (1984), *La guerre du Sahara occidental*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Clark, William (2006), *Petrodollar Warfare. Oil, Iraq and Future of the Dollar*, Gabriola Island: New Society Publishers.
- Comité de Relações Exteriores da Frente Polisário (1979), *Sahara Ocidental A luta do povo saharai*, Lisboa.
- Foucher, Michel, *Frontières d'Afrique Pour en finir avec un mythe*, Paris: CNRS Éditions.
- Frente Polisário; Comité Português de Apoio à Frente Polisário (1991), *R.A.S.D. uma realidade irreversível*, Lisboa: Silvas.
- ICEP (1992), *Anuário Portugal África*, Lisboa.
- (1991), *Um país, um mercado Marrocos*. Lisboa.
- Marbeau, Victor (1965), *Les Mines de fer de Mauritanie M. I. F. E. R. M. A. Annales de Géographie*, t. 74, n.º 402, pp. 175-193. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1965_num_74_402_16811.
- Messoudi, Yaounes (2016), *Le Maroc et la Mossad Une si longue relation, Zamane*, n.º 66, pp. 34-37.
- Mihailovitch, Lioubomir; Pluchart, Jean-Jacques (1985), *L'O.P.E.P.*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Pimenta Carlos, Silva, Herminia Pereira (2011), *Contributos para o estudo da economia rendeira e extroversão em África*, Porto: CEAUP WP/ # CEAUP/01.
- Servan-Schreiber, Jean-Jacques (1981), *El Desafío Mundial*, Barcelona: Plaza y Janes, S.A.
- Stoffaës, Christian (1991), *A crise da economia mundial*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Tcheprakov, Victor (1969), *Le capitalisme monopoliste d'Etat*, Moscou: Editions du Progrès.
- Vermeren, Pierre (2006), *Histoire du Maroc depuis l'indépendance*, Paris: La Découverte.
- (2002) *Marruecos en Transición*, Granada: Almed.